

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

No limite

A PEC dos Combustíveis, relatada pelo senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) e vista como a salvação da lavoura para garantir um alívio aos caminhoneiros, será o motivo de tensão nos próximos dias. É que o calendário está apertado. No “Cenário Disney”, aquele em que tudo dá certo no final, será votada em 13 de julho, último dia de funcionamento da Câmara antes do recesso.

Deu ruim para Lula

O PT e o PSol ficaram sozinhos na tentativa de barrar as emendas de relator impositivas ao Orçamento. Conforme antecipou a coluna, a bancada petista se organizou para tentar barrar a liberação obrigatória e não conseguiu.

Pegar ou largar

Se Lula vencer, terá que negociar uma transição em relação a essas emendas. E será para 2024, porque 2023 já foi. Ninguém vai recuar na obrigatoriedade de execução desse gasto, estimado em R\$ 19 bilhões.

E a CPI, hein?

Cumprida a decisão do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), de avaliar todos os pedidos de CPI e instalar na ordem cronológica, a CPI do MEC ficará na gaveta por algum tempo.

Um gol de Bolsonaro

Para quem corria o risco de encerrar o mês das festas juninas com o desgaste de um auxiliar envolvido num escândalo de assédio sexual, o presidente Jair Bolsonaro (PL) pulou essa fogueira. A escolha de Daniella Marques, da equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, para comandar a Caixa Econômica Federal, leva para a crucial área de financiamento e atendimento à população uma profissional atenta à política, bem relacionada e respeitada por parlamentares de todos os partidos da base, tribunais superiores e Tribunal de Contas da União (TCU). Ela já era considerada peça-chave nas articulações do governo, explicando sempre de forma muito didática a visão do Ministério da Economia nas rodas políticas. Agora, essa tarefa de articuladora será usada para pacificar a Caixa.



Em meio ao furacão da saída de Pedro Guimarães, Bolsonaro sequer mencionou a instituição durante a fala na Confederação Nacional da Indústria (CNI) — justamente no dia em que lançou o Plano Safra, do qual a CEF será grande financiadora. A expectativa, porém, assim que Daniella assumir o cargo, é de que a Caixa voltará à cena com uma comandante que, dizem os políticos, é querida e tem capacidade e articulação. Na seara política, na base do governo e fora dela, avalia-se que, pela primeira vez, Bolsonaro saiu rapidamente de uma crise.



CURTIDAS

Joga a bomba.../ ...No campo do adversário! Comenta-se à boca pequena no Parlamento e em restaurantes frequentados por políticos em Brasília que o tal pastor Arilton Moura (foto), aquele que, segundo um prefeito, pediu “um quilo de ouro” em troca de recursos do Ministério da Educação, fazia campanha contra Bolsonaro em 2018 e já agia nos governos anteriores fazendo lobby em Brasília. Mais uma tarefa para a CPI e para a Polícia Federal.



Um elogio em meio ao caos/ Quem foi promovida na gestão de Pedro Guimarães na Caixa não tem do que reclamar. Em sua rede no LinkedIn, Camila de Freitas Aichinger, 35 anos, vice-presidente de Rede de Varejo, escreveu: “Esta semana está sendo muito especial e emocionante para mim. Depois de 21 anos de Caixa, assumo a vice-presidência de Rede de Varejo. Agradeço muito a oportunidade e a confiança do presidente Pedro Guimarães. É motivo de muito orgulho participar de uma gestão que incentiva de fato as lideranças femininas”.

Saída forçada/ Guimarães, aliás, tentou, inicialmente, montar uma defesa no cargo. Não conseguiu por causa da pressão da ala política, sempre atenta ao eleitorado feminino. Houve quem dissesse: “O Guimarães não está entendendo. Não basta mais só sair, é preciso dar um upgrade na gestão da Caixa”.

Cobriu um santo.../ ...expôs outro. A pergunta de ouro do setor de indústria e tecnologia é quem assume o lugar de Daniella Marques na Secretaria de Indústria do Ministério da Economia. Principalmente nas negociações com a Zona Franca de Manaus. Dani, como é chamada pelos parlamentares, tinha encontrado o equilíbrio perfeito no setor.

Colaboraram Cristiane Norberto e Vinicius Doria

CONGRESSO

Reação ao estado de emergência

Senadores não concordam que condição seja decretada para que pacote de benesses do governo possa ser, enfim, aplicado

» TAÍSA MEDEIROS
» TAINÁ ANDRADE

A reação dos senadores a um dos artigos na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 1/2022, que estabelece o estado de emergência no país, fez com que a votação da proposta, que estava prevista para ontem no Plenário, fosse adiada. Isso porque o trecho abre margem para interpretação e não deixa claro os limites concedidos para viabilizar a concessão de benefícios sociais a praticamente quatro meses da eleição.

A expectativa é de que a PEC possa ser votada hoje, depois que o relator, senador Fernando Bezerra (MDB-PE), anunciou a retirada do artigo depois de “notar um desconforto de que o estado de emergência possa abrir portas para outras iniciativas”.

O texto suprimido dizia que, diante do estado de emergência, deve ser observada “a não aplicação de qualquer vedação ou restrição prevista em norma de qualquer natureza”. O senador Jean Paul Prates (PT-RN) leu o trecho e afirmou não entender precisamente do que se tratava.

“Qual é a lei brasileira que tem uma frase dessas? Nós vamos passar isso aqui sem nem saber do que se trata”, protestou o petista.

Apesar da supressão prometida por Bezerra, a dúvida ainda não tinha sido dissipada. O senador Eduardo Braga (MDB-AM) foi um dos que questionaram.

“Pelo que entendi agora, vai ser suprimido o inciso 4º, que era, sem dúvida nenhuma, um cheque em branco. Minha grande dúvida neste momento é se somente isso (a retirada do trecho) sana a questão jurídica”, explicou.

Mudanças

Apesar de o ano eleitoral proibir a criação e execução de pacotes de bondades voltados para a população, os casos de calamidade pública ou emergência abrem a brecha para que sejam concretizados. Inicialmente, na PEC 16, a dos Combustíveis, o governo injetaria R\$ 29,6 bilhões para o aumento do Auxílio Brasil de R\$ 400 para R\$ 600, o reajuste do vale-gás e o “voucher caminhoneiro” de R\$ 1 mil. Mas, com a PEC 1/22 — que substituiu a 16 —, essa conta pulará para R\$ 38,7 bilhões. A nova proposta inclui até a compensação financeira das empresas de ônibus com a gratuidade dos idosos no transporte público urbano — algo já embutido nas tarifas — e o ressarcimento do etanol para os estados.

De acordo com parlamentares governistas, as modificações foram articuladas por Bezerra, escolhido pela boa articulação com os aliados e a oposição, em conjunto com a nova presidente da Caixa, Daniella Marques Consentino — até o começo do dia de ontem secretária de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia e braço direito de Paulo Guedes. Segundo o relator da PEC, “o governo está operando no azul” para poder baixar o pacote de bondades.

“É triste perceber que o governo só descobriu essa emergência a menos de 100 dias das eleições. O povo brasileiro está desde o final do ano passado passando fome. O Auxílio (Brasil) era insuficiente e não se demora conta. Agora, a pouco mais de 90 dias das eleições, de repente, o presidente Jair Bolsonaro percebeu que tinha emergência”, criticou o senador Raulo Rodrigues (Rede-AP).

Roque de Sá/Agência Senado



Senadores cercam Bezerra (C) e cobram a retirada do dispositivo sobre a decretação do estado de emergência

» Contas aprovadas com ressalvas

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou, ontem, com ressalvas, as contas do governo do presidente Jair Bolsonaro (PL) relativas a 2021. O relator, ministro Aroldo Cedraz, foi acompanhado de forma unânime pela Corte. Agora, o processo segue para análise do Congresso, que tem a palavra final sobre a aprovação. As principais ressalvas são relacionadas ao desvio de recursos da seguridade social para ações de educação; pagamento de aposentadorias com dinheiro do ensino; e não previsão de dinheiro para o enfrentamento da pandemia de covid-19.

STF e Câmara firmam pacto democrático

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, se reuniu, ontem, com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e outros 21 líderes partidários para firmar um “pacto pela democracia” na disputa eleitoral de outubro. Na contramão do discurso de fraude repetido pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), Lira disse a Fux que a Câmara defende o “respeito ao resultado das eleições”.

Lira afirmou no encontro que a Casa não lança dúvidas sobre as urnas eletrônicas e quer a preservação da democracia — apesar de apoiar Bolsonaro, que permanentemente ataca o sistema eleitoral. “A conversa foi no sentido de que houvesse sempre o equilíbrio entre os Poderes, o respeito aos limites, ao resultado das eleições, à

manutenção do Estado Democrático e à preservação da democracia”, disse o presidente da Câmara, após o café na manhã no STF.

A reunião contou tanto com a presença de líderes da base do governo quanto da oposição. O deputado Paulo Pereira da Silva (SP), presidente do Solidariedade, disse que Fux — que tem mais dois meses à frente de Corte — garantiu o respeito ao resultado das eleições.

“Todos falaram em defesa da democracia, na linha ‘quem ganhar, ganhou’. No final, Fux disse exatamente isso: ‘Vocês podem confiar que quem ganhar, vai assumir. Não vai ter risco nenhum porque o Supremo vai estar atento a isso’”, relatou o deputado, que apoia o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

No encontro, realizado no Salão Nobre do Supremo, firmou-se um pacto em que cada lado se comprometeu a ir no sentido contrário do que Bolsonaro vem pregando. Durante sabatina realizada pelo banco BTG Pactual, em fevereiro, o presidente afirmou que a população não deveria simplesmente aceitar o “quem chegar, chegou”.

O líder do Republicanos na Câmara, Vinicius Carvalho (SP), minimizou as declarações de Bolsonaro de que as eleições podem ser fraudadas. “Todos nós acreditamos que o processo eleitoral ocorrerá da melhor forma possível”, afirmou o deputado, integrante da base governista. Para Reginaldo Lopes (MG), líder do PT, o encontro com Fux foi mais um passo para o fortalecimento

da democracia.

“Nossa democracia tem que conviver com alternância de poder e tem que ser respeitada. Citei o exemplo da Colômbia. Lá sempre teve eleição e, acabando a eleição, acabou o processo. Espero que o nosso sistema de Justiça e a independência e harmonia entre os Poderes respeitem aquilo que há de mais importante: o voto popular”, explicou Lopes.

Lira aproveitou para cobrar de Fux o julgamento sobre a aplicação da nova lei de improbidade administrativa. O Congresso aprovou, em 2021, mudanças que dificultam as punições com base nesse crime. O relator do caso, ministro Alexandre de Moraes, liberou as ações relacionadas à improbidade nesta semana e Fux deve marcar o julgamento “em breve”.